



PONTOS
CONTRA

Programa de
Pós-Graduação em
Educação. Universidade
do Vale do Rio dos
Sinos - Unisinos. São
Leopoldo - RS - Brasil.
E-mail: [tiagomribeiro@
gmail.com](mailto:tiagomribeiro@gmail.com)

A EMERGÊNCIA DA PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS NA EDUCAÇÃO

THE EMERGENCE OF DRUG ABUSE PREVENTION IN
EDUCATION

Correspondência:
Av. Panamericana, 691.
Bairro Jardim Lindóia.
Porto Alegre, Rio
Grande do Sul. Cep:
91050-001.

Tiago Magalhães Ribeiro*

Resumo

Este artigo constitui um estudo sobre os modos pelos quais a idéia de prevenção ao uso de drogas tornou-se uma questão para o campo da Educação. Pretende-se trazer elementos a uma compreensão acerca de como uma determinada forma de pensar a respeito do uso ilícito de certas substâncias psicoativas se constituiu e encontrou na educação um modo privilegiado de efetivar-se. Para tal, toma-se por objeto de estudo os anais do “Fórum de Debates Sobre o Uso e o Tráfico de Substâncias Tóxicas ou que Causam Dependência Física ou Psíquica”, evento realizado na Cidade de Porto Alegre no ano de 1970 e que constitui um marco no Brasil devido a seu caráter de ineditismo e pioneirismo. Com inspiração nas teorizações de Michel Foucault, esse artigo pretende investigar, a partir da análise dos anais do referido fórum, as relações entre a emergência da prevenção do uso de drogas pela via educacional e uma trama de poderes diversos que, entendidos aqui como circulando na ordem da governamentalidade, operam no sentido de gerir comportamentos de modo econômico e seguro.

Abstract

This paper studies the ways in which the idea of drug abuse prevention became an issue in the field of Education. It brings elements for an understanding of how a particular way of thinking about the illegal use of certain psychoactive substances was formed, and how it found in Education a good means of implementation. The object of the study is the historical records of the “Fórum de Debates Sobre o Uso e o Tráfico de Substâncias Tóxicas ou que Causam Dependência Física ou Psíquica” (Forum on the Use and Traffic of Toxic Substances or which Causes Physical or Psychological Dependence), an event held in the city of Porto Alegre in the 1970s, which constitutes a landmark in Brazil as it was the first event of its kind. Inspired by the theories of Michel Foucault, and based on an analysis

Artigo recebido em
03/09/2008
Aprovado em
01/11/2008



PONTOS CONTRA

of the above-mentioned historical records, this paper investigates the relations between the emergence of drug abuse prevention in schools, and how the web of diverse powers, understood here as circulating at government level, regulates these behaviors in a way that is cost-effective and safe.

Palavras-chave

Educação. Prevenção do uso de drogas. Governamentalidade.

Keywords

Education. Drug use prevention. Governmentality.

As práticas de uso de drogas remontam aos primórdios das sociedades humanas e têm servido, em diferentes momentos e contextos, a diversos fins, de rituais religiosos às mais variadas terapêuticas e finalidades lúdicas. Contudo, foi somente a partir do final do século XIX e início do XX que tais práticas passaram a ser consideradas como problemáticas (FIORE, 2007). Já nas primeiras décadas do século passado começaram a ser elaboradas, em diversos países do mundo ocidental, as primeiras legislações restritivas à produção, comércio e consumo de uma série de substâncias psicoativas, em um processo de reclassificação social dessas práticas de uso de drogas, que passaram a ser cada vez mais concebidas como condenáveis (RODRIGUES, 2004).

Entretanto, é somente na década de 1970 que se dissemina mais amplamente pela sociedade o debate acerca da prevenção do uso dessas substâncias, passando tais temáticas a serem discutidas nas escolas fundamentais e médias do país¹. O foco deste trabalho é compreender as condições de possibilidade para que determinadas concepções de prevenção ao uso de drogas fossem pensadas como um tema de educação no momento em que o foram e da forma como o foram. Trata-se, assim, de uma investigação e reflexão sobre como certa racionalidade se constituiu e encontrou no campo da Educação um elemento central à sua efetivação.

Para isso, procedo à análise de um momento que identifico como visibilizador da emergência da prevenção às drogas pela via educacional: a realização, na cidade de



PONTOS
CONTRA

Porto Alegre, em setembro de 1970, do *Fórum de Debates Sobre o Uso e o Tráfico de Substâncias Tóxicas ou que Causam Dependência Física ou Psíquica*. Esse evento, ocorrido na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, teve por objetivo

oportunizar o encontro de adultos e jovens, leigos e especialistas. Este critério foi adotado por considerar que a falta de informação correta, em termos de grande público, a respeito das causas e conseqüências das desadaptações psico-sociais, dos quais um dos sintomas mais graves é o uso inadequado de drogas, tendem a confundir pais e filhos, mestres e alunos, sendo a falta de diálogo entre os mesmos o sintoma preocupante e que exige urgente tratamento. (Fórum de debates sobre o uso e o tráfico de substâncias tóxicas ou que causam dependência física ou psíquica, 1971, p. 7).

Foram convidados a participar do evento os corpos docente e discente de estabelecimentos educacionais de nível médio e universitário, além de entidades oficiais e privadas prestadoras de serviço em áreas relacionadas ao tema abordado. A sistemática adotada levou em conta

a importância do envolvimento de autoridades ao nível nacional; da contribuição científica de especialistas; do diálogo franco, mas objetivo, do público com essas e aquelas autoridades, tendo sido concluído que o programa deveria conter Conferências e dois Simpósios, um dos quais levantando o problema do tráfico de substâncias tóxicas, outro estudando aspectos da prevenção e tratamento da toxicomania. (FÓRUM..., 1971, p. 7).

Assistido por aproximadamente 700 pessoas e com amplo espaço ocupado na mídia, o Fórum contou com a participação de representantes do Presidente da República; de ministros e da Organização das Nações Unidas (ONU); de membros dos legislativos do país; do Senado e da Câmara Federal; de secretarias estaduais de Educação, Saúde e Segurança Pública; de administradores de órgãos do poder executivo nos níveis estadual, federal e municipal; do Poder Judiciário; do Ministério Público; das universidades sediadas no Rio Grande do Sul; das entidades estudantis de graus médio e superior; bem como de diversas associações profissionais ligadas às áreas da Medicina, Direito, Psicologia e Assistência Social, além da Associação rio-grandense de Imprensa. Importa frisar, também, o caráter de ineditismo do fórum, expresso pelo presidente da comissão executiva do evento, Deputado Hugo Mardini, em seu pronunciamento, na sessão de abertura:

O Plenário da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul é, hoje, o centro das atenções da nação, pois, pela primeira vez se realiza, no Brasil, um encontro em que autoridades dos níveis federal, estadual e municipal,





PONTOS
CONTRA

Executivo e Legislativo se reúnem com a Comunidade, buscando, num estudo de profundidade, formular sugestões de caráter nacional para o exame do tráfico e uso de substâncias que determinam dependência física ou psíquica. (FÓRUM..., 1971, p. 23).

Além desse ineditismo, ressaltado por diversas autoridades em vários momentos do Fórum, também é digno de atenção o caráter explicitamente pedagógico do evento (já expresso aqui quando da citação à meta da comissão executiva que elaborou o encontro), evidenciado tanto no convite especial feito a professores e alunos das redes pública e privada de ensino, nos níveis médio e superior, para que assistissem às falas dos especialistas; quanto no dizer de Hugo Mardini, ao se pronunciar na abertura dos trabalhos:

Espero que este Fórum de Debates seja um momento na consciência nacional, advertindo aos responsáveis pela formação da mocidade que é preciso dar aos adolescentes e jovens brasileiros, orientação e compreensão, capaz de dotá-los de discernimento lúcido e adequado acerca dos prejuízos físicos e mentais causados pelo vício em entorpecentes. (FÓRUM..., 1971, p. 25).

Ou seja, trata-se da primeira vez, no Brasil, em que especialistas reconhecidos no tema das drogas, vindos principalmente das Ciências da Saúde e da área Jurídica, são convocados pelo Estado a falarem abertamente à comunidade, chamando-a a tomar conhecimento desses saberes que vinham sendo produzidos pelos estudiosos do assunto. O uso de drogas, então, como um problema digno de atenção social, é relacionado à “falta de informação correta” do grande público sobre essas substâncias, ou seja, trata-se de um problema social fundamentado, segundo esse entendimento, no desconhecimento, por parte da sociedade, dos saberes científicos que vinham sendo produzidos por especialistas. Caberia ao Estado, portanto, propiciar a instrução da população, a fim de minorar os prejuízos causados pelo uso dessas substâncias.

Penso neste evento como um momento em que é possível perceber um processo de emergência da idéia de educação preventiva no que se refere à abordagem do uso de drogas e entendo, aqui, “emergência” no sentido que Michel Foucault confere a esse termo, como algo que “se produz sempre num determinado estado das forças” e cuja análise “deve mostrar seu jogo, a maneira como elas lutam umas contra as outras, ou seu combate frente a circunstâncias adversas” (FOUCAULT, 1989, p. 23). A emergência, para Foucault, é a “entrada em cena das forças [...] o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua própria juventude” (FOUCAULT, 1989, p. 24). É justamente esse “estado das forças” que





PONTOS
CONTRA

cabe aqui buscar compreender em sua complexidade. Em outras palavras, trata-se de tentar apreender que diferentes forças convergiram, combateram, interagiram na produção de uma racionalidade conformadora da idéia de que a questão das drogas deve ser pensada preventivamente, sendo a educação o espaço e o tipo de relação mais adequada para tal empreendimento preventivo.

Ainda fazendo uso de ferramentas teóricas oferecidas por Foucault, entendo essa referida emergência como um acontecimento que se dá na ordem da *governamentalidade*, ou seja, em um contexto de uma racionalidade de governo² que “tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança”. (FOUCAULT, 2008, p.143)³. Nesse sentido, opero aqui uma argumentação que, inspirada em Foucault⁴, defende que a abordagem do uso de drogas, entendido como um problema social, em uma lógica preventiva e pela via educacional, constitui um fenômeno que se produziu a partir de uma trama de poderes diversos e, por vezes, conflitantes, mas predominantemente articulados a uma mentalidade de governo econômico da população e voltados à condução das condutas. Procurarei, assim, nas análises que seguem, trazer elementos que fundamentem esse entendimento, evidenciando os modos pelos quais a prevenção passou a ser entendida, por volta das décadas de 1960 e 1970, como parte de uma estratégia de governo, uma tática de controle social e gestão dos corpos que visa à administração do risco social de forma eficiente, segura e econômica, tanto do ponto de vista do emprego de poder quanto do dispêndio de recursos financeiros. Trata-se, portanto, a prevenção do uso de drogas pela via educacional, segundo essa compreensão, de uma *tecnologia de segurança*⁵ que opera por meio de uma intervenção nos comportamentos individuais e sociais.

A Emergência da Educação como Estratégia Preventiva ao Uso de Drogas

Em *Política e Drogas nas Américas*, Thiago Rodrigues reconstitui genealogicamente os modos pelos quais a repressão ao uso de substâncias psicoativas tornadas ilícitas configura, ao longo do século XX, toda uma estrutura complexa que opera como “tática importante das estratégias de controle social” (RODRIGUES, 2004, p.



PONTOS
CONTRA

84). Nesta seção pretendo, dentro de minhas possibilidades e das dimensões do presente texto, apontar para alguns aspectos do que entendo ser uma sofisticação desse poder, uma sutileza das referidas estratégias do governo da sociedade. Penso que essa sofisticação pode ser notada como uma espécie de flexão do poder, marcada justamente pela emergência de discursos, propugnando a abordagem do uso de drogas preferencialmente por meio de uma via preventiva, defendida como mais eficaz e econômica do que a pura repressão. Esta, como sabemos, não sai de cena, mas passa a interagir com a crescente defesa de técnicas preventivas que encontram na Educação a sua maior efetividade.

Assim, a defesa da adoção de estratégias preventivas em relação ao uso de drogas e ao papel dos espaços e tempos educacionais como elementos centrais em tais estratégias perpassam uma série de discursos circulantes no fórum de debates estudado. Este evento, por sinal, foi precedido e realizado em decorrência dos trabalhos desenvolvidos por uma comissão especial que, durante um ano, estudou a temática do uso e do tráfico de drogas ilícitas. Ao apresentar seu relatório final, essa comissão fez uma recomendação à Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, para a conveniência de orientar a educação do jovem de nível médio para assuntos de tal natureza. Essa sugestão de mudança de orientação para a Educação de fato foi adotada na década de 1970, quando o tema da prevenção às drogas entrou nos currículos escolares. Contudo, é importante notar que tais desenvolvimentos não se deram de forma consensual. A ênfase na adoção de medidas preventivas foi gestada em meio a uma trama de poderes, racionalidades e interesses diversos. Nesse sentido, entendo o Fórum de Debates e estudo seus anais como visibilizadores de uma arena de disputas pelo discurso verdadeiro, justamente aquele que deve constituir o fundamento das políticas a serem adotadas pelo Estado acerca da questão das drogas. É importante ter em mente que os anos finais da década de 1960 são marcados por uma maior visibilidade do uso de drogas no mundo ocidental, bem como pelo aumento das pressões externas, especialmente por parte dos Estados Unidos, principais defensores dos acordos internacionais dos quais o Brasil era signatário (RODRIGUES, 2004)⁶. Ao mesmo tempo, as iniciativas dominantes tomadas nesse campo, invariavelmente marcadas por uma ênfase nas táticas repressivas, não vinham mostrando a eficiência desejada, sendo já criticadas, no próprio Fórum de Debates analisado, como extremamente dispendiosas e incapazes de atingir as finalidades a que um Estado governamentalizado deve se propor: a garantia da saúde e da segurança da população, tendo em vista a manutenção de sua produtividade.



PONTOS
CONTRA

Tornava-se cada vez mais importante, deste modo, o desenvolvimento de formas de governo capazes de melhor gerir a população, intervindo mais profundamente na esfera dos comportamentos individuais. Assim, a defesa de táticas preventivas emerge como a grande convergência entre políticos, administradores públicos e especialistas das áreas jurídicas e das ciências *psi*, os principais convidados a se manifestarem no evento.

Mas, se a defesa da prevenção (e da educação como seu *locus* privilegiado) era consenso, de que exatamente se falava ao mencionar essa palavra era uma questão em aberto ou, mais propriamente, em disputa. Devido às dimensões desse texto e em face à multiplicidade dos discursos circulantes no fórum, vou me ater a uma pequena parcela destes, a fim de indicar de que maneiras a prevenção ao uso de drogas emergiu em um contexto de governamentalidade no qual identifico, de forma dominante, a presença de uma discursividade liberal emergente, que se institui em oposição a uma abordagem mais tradicional e repressiva no que tange ao uso de drogas. Ainda que esse esquematismo prejudique a apreensão da complexidade do arranjo de forças, penso que neste momento ele é útil como ferramenta que mapeia o campo analisado. Assim, reitero que estas duas abordagens são categorias que proponho e por meio das quais agrupo conjuntos discursivos em si mesmos heterogêneos, mas que apresentam características fortes em comum. Em linhas gerais, e novamente sendo um tanto esquemático, identifico as abordagens mais abertamente preventivas com uma racionalidade de governo liberal, presente, principalmente, mas não somente, nos discursos que “enxergam” as práticas de uso de drogas por meio de um viés psicológico. Penso que essa racionalidade opera um tipo de poder, conforme já referido, mais sutil do que o poder repressivo, caracterizando uma forma de dominação que funciona mais contando com a adesão e a gestão da vontade dos indivíduos, do que propriamente com sua submissão por meio da imposição coerciva da regra, seja esta jurídica ou moral.

Um modo interessante de observar a emergência e proeminência desse poder sutilizado e da racionalidade de governo liberal que o expressa e o justifica é compilar e analisar, nos anais do evento estudado, aquelas propostas que foram feitas por participantes e delegações presentes no fórum e que acabaram rejeitadas e excluídas do documento propositivo final elaborado e enviado a autoridades nacionais. Por exemplo, a rejeição da seguinte moção apresentada por delegados paranaenses:

abrir diálogo franco e destemido, preparar equipes, convidar autoridades civis, militares e eclesíásticas a participarem desses grupos, e cuidar com





PONTOS
CONTRA

carinho e sem esmorecer de tão graves problemas, inclusive com o emprego de programas audiovisuais com a finalidade de traumatizar através de exemplos a juventude predisposta ao uso de tóxicos, alertando-a contra os terríveis malefícios que a droga pode ocasionar ao ser humano, nos parece ser o meio mais eficiente de tentar fazer algo útil preventivamente. (FÓRUM..., 1971, p. 280).

Segundo a análise aqui pretendida, tal moção expressa justamente um tipo de racionalidade no entendimento e na conformação da prática governamental em relação ao uso de drogas que sustenta uma forma de educação preventiva calcada num poder que ameaça e atemoriza:

A solução ideal seria provocar por todos os meios uma repugnância às drogas pela nossa juventude, responsabilidade que deverá ser atribuída aos ministérios da saúde, educação e justiça, que programarão ação conjunta entre seus organismos específicos. (FÓRUM..., 1971, p. 280).

Assim, penso que a rejeição dessa proposta pode ser entendida como um efeito da emergência e do crescente domínio, no pensamento e na ação governamentais referentes ao uso de drogas, do tipo de racionalidade liberal acima caracterizado, o qual procura investir taticamente em formas mais sutis e econômicas de governo e de subjetivação, tendo em vista a produção do auto-governo. Nessa linha, um dos simposistas do evento, o delegado Luiz Mathias Flach, sintetiza que tipo de educação preventiva é essa: “Não uma educação que vise traumatizar uma juventude, feita em termos de ameaça, de repressão ou de penas, mas uma educação sempre voltada para os bons exemplos em termos de higiene mental”. (FÓRUM..., 1971, p. 110).

Um outro episódio que nos fornece indícios acerca de um processo de flexão do poder em relação à teoria e à prática governamentais no que tange ao uso de drogas, ocorrido no Brasil em meados das décadas de 1960 e 1970 e visibilizado no Fórum de Debates, é a polêmica causada pela exposição em Plenário, por parte do então Secretário de Segurança do Rio Grande do Sul, na conferência de abertura do Fórum, de um menor de idade e de uma mulher viciados em drogas. Ao introduzir o menor e fazê-lo circular entre o público, expondo seu braço repleto de marcas de agulha, o coronel Jaime Mariath diz querer “recuperar este menino e tantos outros”, acrescentando logo em seguida: “Peço desculpas ao auditório, talvez seja um pouco chocante essa apresentação, mas é para que a mocidade veja e sinta o problema do vício.” (FÓRUM..., 1971, p. 56-57). Trata-se aqui, novamente, da pedagogia pelo choque, pela exposição pública da “anormalidade”. Segundo esse



PONTOS
CONTRA

entendimento, a prevenção do uso de drogas se dá pela visibilidade do desvio de conduta e de suas conseqüências, a fim de que, atemorizados, os jovens descartem o uso de drogas como uma possibilidade em suas vidas.

Essa exposição pública do “viciado” provocou indignação entre diversos participantes do evento e foi, inclusive, citada no documento final elaborado no Fórum como uma estratégia a ser evitada. A manifestação mais clara e contundente de repúdio partiu do presidente da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul, o psicólogo Luiz Antônio Meira, que, confessando-se “chocado com a apresentação de dois viciados”, assegurou que “esse tipo de apresentação fere fundamentalmente os princípios que devem nortear o tipo de atendimento ao problematizado. Apesar das boas intenções, esse tipo de apresentação é inócuo”. Em seguida, o psicólogo criticou as formas pelas quais temas psicológicos e psiquiátricos foram “caricaturizados” nas falas de “alguns bacharéis”, que “cometeram impropriedades de diversas ordens, dando uma falsa imagem ou simplificando esse campo que é complexo. (FÓRUM..., 1971, p. 104). Parece haver uma intrincada disputa, atuando o psicólogo na demarcação e legitimação dos saberes *psi*, resguardando esse campo e ressaltando a necessária autorização para abordar tais temas, que os bacharéis referidos não teriam. Ou seja, para se fazer a história da prevenção do uso de drogas, é necessário atentar para a constituição e as formas pelas quais diversos saberes operam na configuração do problema das drogas, de quem está autorizado a falar sobre isso e do que se pode ou não falar legitimamente a esse respeito.

Tais passagens ilustram um embate de forças que é constante ao longo do Fórum de Debates analisado. A questão de fundo é conceitual e se refere à definição correta acerca da pessoa que utiliza substâncias psicoativas classificadas como drogas ilícitas. Criminoso ou doente? Vítima ou culpado? No Fórum, fazem-se fortemente presentes diversas formas de enquadrar a questão das drogas, discursos mais ou menos marcados por ênfases morais, sanitárias e de segurança. Cada uma dessas “lentes” configura o problema de uma maneira particular, inserindo-o numa lógica específica de entendimento. Nota-se, no entanto, um avanço das concepções que enfatizam os aspectos psicológicos e que propugnam a medicalização dessas práticas. A própria ilegalidade do uso de drogas é criticada por médicos, psicólogos e psiquiatras, pois, segundo René Gonzáles, representante da Organização Mundial de Saúde enviado ao evento, “a comunicação com os usuários se vê dificultada pelo temor que têm de exporem-se à sanção legal ou social”. (FÓRUM..., 1971, p. 32).





PONTOS
CONTRA

Ascensão psi e governamentalidade

As análises do material que compõe os anais do Fórum de Debates têm me conduzido ao apontamento de uma relação entre a ascensão dos discursos *psi* no debate instituidor da prevenção do uso de drogas através da educação e uma racionalidade de governo. Penso que o desenvolvimento da *governamentalidade*, cuja emergência Foucault reporta ao final do século XVI (FOUCAULT, 2008), com sua ênfase crescente no desenvolvimento de técnicas de gestão econômica e segura da população, constitui o cenário no qual se torna possível a legitimação de saberes que operam no nível do indivíduo e que, ao problematizarem sua conduta, produzem as condições para seu governo com um alto grau de eficiência. Desta forma, os saberes *psi* parecem atender de forma mais satisfatória aos desígnios do governo, formando parte, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, do aparato governamental que vai se constituindo em torno do “problema das drogas”. Nesse sentido, dentre as sugestões formuladas no evento aqui estudado como visibilizador desse processo, consta uma moção apresentada por um Grupo de Trabalho e aprovada pelo Plenário, solicitando a “presença de técnicos especializados em psicologia e psiquiatria, em educação profissional, em orientação educativa, junto aos estudantes de todos os níveis como medida preventiva de higiene mental”. (FÓRUM..., 1971, p. 271). Os *experts psi* surgiam, nesse contexto, como portadores de uma verdade sobre as drogas e as pessoas que as usam, legitimando-se como administradores da alma humana e como os profissionais mais capazes de conter o “pânico moral”, que aos poucos se instalava a partir do modo como as drogas e seus efeitos eram descritos:

o vício leva à prostituição, onde as mulheres vão se desmoralizando. Para obter dinheiro para adquirir a droga elas oferecem ao comércio o seu corpo. O uso da droga é um incentivo à prostituição. A droga leva também ao homicídio e a acidentes de trânsito. A droga leva à depressão, à perda do sentido de moral, à perda de qualquer sentido. (FÓRUM..., 1971, p. 56).

A passagem acima, retirada da conferência do Secretário de Segurança, Cel. Jaime Mariath, exemplifica um outro componente que também constituía e marcava alguns dos discursos circulantes e formadores de concepções acerca das drogas, seus usos e usuários. O critério e a ênfase moral constituíam fatores fortemente presentes nas falas, principalmente, de políticos e gestores públicos, mas também de alguns médicos e autoridades ligadas ao Direito. Tendo-se em vista a referida “desinformação” do





PONTOS
CONTRA

público acerca do tema, é interessante pensar sobre os variados interesses e objetivos a que esse discurso moral pode ter servido. No que tange à ascensão do saber-poder *psi* em um Estado e uma sociedade de relações crescentemente governamentalizadas, pode-se inferir que esse “fator moral” possa ter contribuído à constituição do especialista *psi* como portador de um saber privilegiado, capaz de conduzir a todos e a cada um à salvação em relação ao perigo das drogas.

Essa complexa imbricação entre o discurso *psi* e a governamentalização das relações no âmbito do Estado e da sociedade, marcada pela busca constante de novas táticas de gestão da população e pela ascensão da figura do *expert psi* como um interlocutor cada vez mais qualificado e privilegiado no debate acerca do uso de drogas, configura ponto central no entendimento de como uma lógica de prevenção aos tóxicos emerge e chega aos espaços e relações educativas. Se atentarmos mais uma vez para o modo através do qual o psicólogo Luiz Antônio Meira colocou a questão em sua participação como simposista do Fórum de Debates, podemos talvez reunir mais alguns elementos para reflexão antes de encaminharmos as nossas considerações finais:

O doente mental deverá ser remetido, com todas suas limitações, para a própria coletividade onde deverá viver. Se gastaram fantásticas somas na construção de hospitais e instituições sem que se modificasse o panorama da doença mental. É preciso um novo conceito, uma nova mentalidade. Esse conceito [...] é o da responsabilidade da coletividade, jamais segregando o indivíduo que tem problemas, escondendo-o num hospital. (FÓRUM..., 1971, p. 106).

Classificando as pessoas que usam drogas tornadas ilícitas há mais ou menos 50 anos à época do Fórum como “doentes mentais”, Meira defende uma “nova mentalidade” na gestão dessa questão no Brasil. É essa “nova mentalidade”, justamente, que, penso, expressa a lógica do governo econômico e seguro de todos e de cada um. Trata-se de perceber que a manutenção desses “doentes” em hospitais e instituições representou um gasto de “fantásticas somas” ao Estado, “sem que se modificasse o panorama da doença mental”. Deste modo, cabe agora não mais ao Estado, mas à “coletividade” assumir as responsabilidades sobre esse indivíduo a ser corrigido. O que temos é a defesa de uma mentalidade na qual o governo se exerce não mais somente na esfera estatal, mas de forma disseminada pela sociedade, a qual se responsabiliza pelo controle dos desvios. É a esta sociedade normalizadora que se deve remeter o “doente mental” e não mais às duas mais onerosas instituições da modernidade, a prisão e o hospital. Prossegue Meira:





PONTOS
CONTRA

Então o que fazer? Existe somente uma grande via de tratamento, que é o tratamento preventivo. É preciso a participação de toda a coletividade, e especialmente da classe de cidadãos privilegiados dessa nação, que conseguiram concluir o ensino superior. (FÓRUM..., 1971, p. 106).

O saber *psi* e a racionalidade do governo das condutas, governo econômico e seguro, constituem, assim, condições de possibilidade para a emergência da lógica da prevenção. Todos somos agora responsáveis para que não se debilizem as forças do Estado, depositadas na capacidade produtiva de sua população. E, se a prisão e o hospital surgem como instituições de administração onerosa e sem resultados efetivos na redução do uso de drogas, trata-se, para os fins do governo, de antecipar-se a tais práticas e intervir precisamente lá onde elas se gestam, no âmbito do desejo, do querer do indivíduo. A “arte de governar” investe, então, na instituição escolar o poder de formatar sujeitos economicamente úteis e politicamente dóceis (FOUCAULT, 1988), através da intervenção sobre seus desejos. Para isso, é preciso que os saberes *psi* aprofundem sua entrada e sua influência nesse espaço, trazendo consigo uma *tecnologia* que é, ao mesmo tempo, tática e que faz parte das amplas estratégias de controle social e fundamento mesmo da ascensão do *expert*: a prevenção do uso de drogas. É para isso também que se gesta, no Fórum de Debates estudado, a proposta de que psicólogos e psiquiatras estejam presentes nas instituições escolares e policiais.

O Embaixador Carlos Sette Pereira, representante do ministro do exterior, em sua Conferência, afirma:

(...) unicamente através de uma educação planificada em todos os setores, a começar pela família, poderemos enfrentar com eficácia e segurança essa ameaça, para tolher as atividades do tráfico ilícito e proteger nossos filhos do vício. Torna-se imperiosa a coordenação de todos os esforços e de todos os dispositivos legais de maneira integrada, tanto no plano estadual quanto no federal, complementados por um programa educacional adequado, através da escola e dos meios de comunicação. (FÓRUM..., 1971, p. 247).

Trata-se, portanto, da educação como centro de um projeto amplo de prevenção. Uma educação que envolve, mas não se restringe, à escola, pois conta também com os meios de comunicação e, no limite, com todos os setores da sociedade. Todas as relações são potencialmente educativas e todos são responsáveis pela prevenção, sendo esta a tecnologia emergente de um governo tático, um poder sutil e capilarizado e uma gestão eficiente. Eis aí, talvez, alguns elementos da racionalidade que buscou na educação um momento e um espaço de prevenção às drogas.





PONTOS
CONTRA

Referências

ANDREOLI, Sérgio Baxter; MOREIRA, Fernanda Gonçalves; SILVEIRA, Dartiu Xavier. Redução de danos do uso indevido de drogas no contexto da escola promotora de saúde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.11, n.3, p. 807-816, jul-set, 2006.

FIORE, Maurício. **Uso de “drogas”**: controvérsias medicas e debate público. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

Fórum de debates sobre o uso e o tráfico de substâncias tóxicas ou que causam dependência física ou psíquica, 1970, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Departamento de Imprensa Oficial do Estado, 1971. 286p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

RODRIGUES, Thiago. **Política e Drogas nas Américas**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2004.

Notas

¹ Segundo Andreoli, Moreira e Silveira, “a estratégia de diminuir a demanda ganhou força a partir de 1970, quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) convocou especialistas de vários países para discutirem a abordagem preventiva do uso de drogas e a questão foi considerada uma necessidade mundial e premente. A escola passou a ser o espaço privilegiado para o desenvolvimento de atividades preventivas, visando à educação para a saúde, visto que uma parcela significativa da população passa por ela numa idade e em circunstâncias altamente favoráveis” (ANDREOLI; MOREIRA; SILVEIRA, 2006, p. 808).

² “Governo” é entendido, aqui, conforme Foucault, ou seja, como condução das condutas dos outros e de si mesmo, não se restringindo, portanto, à esfera de atuação do Estado, sendo um tipo de relação de poder disseminado pela esfera social (FOUCAULT, 2008). Também utilizo o termo “governamento” com esse mesmo sentido.

³ Na aula de 1o de fevereiro de seu curso intitulado *Segurança, Território, População*, Foucault fornece as informações necessárias à compreensão da emergência dessa racionalidade de governo a partir das condições de sua possibilidade. Escapa às pretensões e às dimensões desse texto reconstituir os modos pelos quais o filósofo faz a “história da governamentalidade”, restando demarcar que se trata de uma racionalidade configuradora de ações sobre as ações alheias, um “jogo das condutas”, um tipo de poder, o governo, que se exerce sobre o conjunto da população e sobre cada indivíduo isoladamente, que retira seu saber principal e sua lógica de cálculo da economia política e que se exerce por meio de uma série de técnicas, instituições, saberes, especialistas, classificações e procedimentos voltados à produção, garantia e manutenção da segurança necessária à conservação e fortalecimento do Estado. Nesse sentido, trata-se nesse texto de pensar na emergência da prevenção do uso de drogas pela via educacional como um aparato complexo voltado à gestão da população.





PONTOS CONTRA

⁴ Entendo essa “inspiração” principalmente como um “modo de pensar” que, em linhas gerais, orienta-se pela busca das condições de possibilidade para a emergência dos discursos no contexto em que emergem e da forma como emergem.

⁵ Entendo esse conceito a partir de Michel Foucault em seu curso *Segurança, Território, População*, como um complexo tático constituído por um conjunto de técnicas e voltado à gestão da população, tendo em vista a produção de sua segurança pela previsão e controle dos riscos.

⁶ O primeiro tratado internacional de controle sobre substâncias psicoativas foi fruto da Convenção de Haia e teve o Brasil como um de seus signatários. À época do fórum estudado, encontrava-se em vigência a Convenção Única sobre Entorpecentes, firmada em 1961 e considerada um “marco da cristalização das normas internacionais de controle de drogas e apresentação mais bem acabada do conjunto de regulamentos, classificações e previsões penais sobre o controle internacional de drogas”. (RODRIGUES, 2004, p. 77).

